

O DISCURSO MIDIÁTICO E A ESCOLHA EM ABSOLVER OU CONDENAR SUJEITOS: A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO UMA FORMA DE INVESTIGAR AS RELAÇÕES DE PODER

Fabio Henrique Cardoso da Silva

Graduado em Letras, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil.

Sâmia Letícia Cardoso dos Santos

Graduada em Letras e mestranda em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Maringá (UEM),
Maringá, Paraná, Brasil.

RESUMO: Para a Análise Crítica do Discurso, o discurso nos direciona a uma exterioridade à língua, na qual se encontram fenômenos linguísticos e de natureza linguística. Para Fairclough (1992) surgiu a partir do desejo de um grupo de linguistas em busca de um método para analisar a linguagem que reunisse as teorias linguísticas, sociais e políticas, já que via assim a única maneira de tratar a linguagem, uma vez que esta é um objeto dinâmico. Uma das formas mais importantes de construção discursiva se dá pela mídia e a forma como representa os sujeitos sociais. Desta forma, o discurso da mídia tradicional busca dialogar com a sociedade, mas principalmente com aqueles que têm dificuldades em perceber as mais escondidas nuances do discurso. São essas nuances que a Análise Crítica do Discurso busca trazer à tona.

Palavras-chaves: Análise Crítica do Discurso; Linguística; Mídia.

ABSTRACT: According to the Critical Discourse Analysis, speech directs us to an externality to the language in which they are linguistic phenomena and linguistic area. In accordance with Fairclough (1992) arose from the desire of a group of linguists in search of a method to analyze the language that would bring together the linguistic theories, social and political, since it is the only way to treat the language, that is a dynamic object. One of the most important forms of discursive construction is given by the media and how is the social subjects. Thus, the discourse of traditional search media dialogues with the society, but mainly with those who have problems in understanding the most hidden nuances of speech. These are nuances that Critical Discourse Analysis seeks to bring to the light.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Linguistic; Media.

Introdução

Tendo em vista a especificidade do texto jornalístico que se constitui na conjugação texto/imagem, pretendemos compreender a produção de efeitos de sentidos no que diz respeito

às formas de tratamento destinadas aos suspeitos de crimes como o tráfico de drogas, levando em consideração condições de efeito-sentido.

É urgente e necessário discutir o quanto a linguagem jornalística pode influenciar no julgamento feito pela sociedade de suspeitos antes de julgados. De acordo com a Constituição Federal o benefício da dúvida deve ser estendido a todo e qualquer suspeito, no entanto, vemos no discurso midiático o oposto, no qual este benefício só é concedido a um tipo específico de pessoa: o não pobre, não negro, não periférico.

De acordo com o Art. 5 da Constituição Federal de 1988:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)
LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória; (BRASIL, 2005)

É por este viés que se integra este trabalho pela Análise Crítica do Discurso, já que é necessário perceber o quanto estes discursos difundidos fazem diferença no pré-julgamento social desses atores, e o quanto a mídia se torna agente ao propor que somente um tipo específico merece tratamento diferenciado. A ACD propõe uma análise detalhada deste movimento e sempre compreendendo os poderes estabelecidos em determinado discurso, uma vez que somos nada além de discursos, sempre dizendo um *já-dito*, mas com força suficiente para reagir a esses discursos (FAIRCLOUGH, 2001)

A constituição de um ser ideológico, de acordo com Chauí, se dá justamente pelo conjunto de discurso ao qual um sujeito adere, e este conjunto influencia suas escolhas, decisões e até mesmo o próprio pensamento diário, ou seja, é impossível pensar em discurso sem ideologia e poder.

Quando o teórico elabora sua teoria, evidentemente não pensa estar realizando essa transposição, mas julga estar produzindo ideias verdadeiras que nada devem à existência histórica e social do pensador. Até pelo contrário, o pensador julga que com essas ideias poderá explicar a própria sociedade em que vive. Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas. (CHAUÍ, 1984, p. 10-11)

Consideramos que é necessário trabalhar a confluência do texto jornalístico, tomado como unidade com começo, meio e fim (objeto empírico), com a memória que atravessa o dizer, o domínio do interdiscurso. Neste caso, estamos levando em conta a distinção de Pêcheux entre intradiscurso/interdiscurso para problematizar a dimensão do texto jornalístico como objetos simbólicos que organizam a língua e fazem ressoar um *já-dito* que, pelo funcionamento da memória, trazem à baila dizeres outros, sustentando e legitimando um dado discurso.

Em virtude de nossa filiação à análise crítica do discurso, é preciso descrever os mecanismos pelos quais determinadas reportagens publicadas em sites de notícias tradicionais em condições sócio-históricas específicas produzem certos efeitos e não outros nos leitores projetados pelos portais. Assim sendo, voltaremos nosso olhar para os processos de produção de sentidos: a formulação, a constituição e a circulação de sentidos, com base em Orlandi (2001, p.9), buscando compreender quais significações são produzidas em torno dos sentidos para representar sujeitos considerados suspeitos de crimes, o que nos leva a pensar também nas diferentes condições sócio-históricas nas quais um site faz circular sentidos ou representações inscritas no imaginário de uma dada conjuntura, a partir da escolha lexical para representar os indivíduos.

Reflexão teórica

Como um jogo de xadrez em que cada peça está articulada e exerce funções específicas e determinadas, a linguagem exposta ao processo de criação jornalística, muitas vezes, também precisa atender às expectativas de determinada linha editorial e/ou dos leitores. Não é possível pensar em linguagem sem ideologia e sem poder.

Para a Análise Crítica do Discurso, o discurso implica uma exterioridade à língua, em que não estão presentes somente os fenômenos linguísticos e de natureza linguística, o discurso encontra-se com bases no social, no histórico, cultural e ideológico.

A Análise Crítica do Discurso, como pode ser lido em Fairclough (1992) surgiu a partir do desejo de um grupo de linguistas de criação de um método para analisar a linguagem que conjugasse as teorias linguísticas, sociais e políticas, a seu ver a única forma de trata-la, já que se trata de um objeto dinâmico. Esta abordagem do discurso e da linguagem que une conceitos e métodos advindos da Linguística e das Ciências Sociais pode ser considerada

inovadora. Chouliaraki&Fairclough (1999:16) caracterizam a ACD como "síntese mutante de outras teorias".

Por isso, é importante pontuar que em um trabalho de análise como o proposto neste artigo, faz-se necessário o debruçar sobre relações exteriores ao processo linguístico, evidenciando o caráter abrangente do discurso. Segundo Barros (2012, p.7),

Há evidências, na literatura linguística, passíveis de sustentar a ideia de que o exame de uma ocorrência ou forma linguística centrada na imanência do sistema linguístico (código), sem levar em conta a influência dos processos sociais sobre essa ocorrência, é considerar o fenômeno de forma parcial e incompleta.

Se para Pêcheux (1990) não é possível pensar em transmissão de informação, já que existem sujeitos estabelecidos, um como emissor e outro como destinatário, que se inserem em determinados lugares na estrutura social, o texto jornalístico, discurso amplamente ideológico e persuasivo, sob um efeito de evidência, nada mais é que um jogo de efeitos e sentidos entre os sujeitos e processos de identificação, relações de poder, produção de efeitos variados.

Pêcheux (1990, p. 82) ao estabelecer os sujeitos A (emissor) e B (destinatário) afirma que estes “designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. Se o que dissemos antes faz sentido, resulta, pois dele que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social”

Dessa maneira, a situação histórico-social de um texto, o envolvimento de outros textos que sejam produzidos em sua volta e que com ele se relacionam, bem como a moldura de um texto, e os elementos tanto da realidade do autor quanto do receptor, trazem à tona os componentes essenciais para a análise destes elementos a fim de determinar o sentido.

Portanto, é evidente que o processo de interpretação à luz dos conceitos da Análise Crítica do Discurso dá-se pelo saber que há um autor, um sujeito com uma determinada identidade social e histórica, um leitor que estará dentro deste processo sócio-histórico, e um discurso altamente ideológico que reflete esta conjunção de atores dentro de um processo discursivo.

Uma vez que Interpretar o discurso é recorrer a várias possibilidades de sentido estabelecidas nos diversos lugares histórico e sociais do sentido. As perguntas “por que foi dito isso, e não outra coisa”, e “o que tornou possível dizer isso”, torna-se o ponto de partida do trabalho de análise.

Os deslocamentos de sentidos nas formulações e nos vocábulos que representam o sujeito suspeito de cometer crimes nesses diversos lugares históricos e sociais evidenciam a importância do pousar analítico sobre fatores extralinguísticos que influem constantemente a Formação Discursiva de determinada sociedade. O processo a qual os deslocamentos se situam tornam-se tão importantes quanto o próprio deslocamento de fato. Afinal, é esse movimento que faz com que os autores façam a escolha por uma forma lexical, ao invés de outra.

Dessa maneira, a emergência de um dizer pressupõe que existe uma anterioridade, algo que foi dito antes, pois é apoiado na memória de um dizer que o sujeito tem a possibilidade de significar. Existe então uma relação entre a formulação (momento presente do dizer) e um já-dito, ou seja, entre a constituição do sentido e sua formulação. É esse o esforço ao qual este trabalho analítico pretende empenhar, uma vez que é necessária a conscientização de que os discursos são extremamente importantes para a manutenção de papéis sociais. Dessa forma, a Análise Crítica do Discurso “*amplia a consciência de como ela (a linguagem) contribui para a dominação de umas pessoas sobre outras, já que a consciência é o primeiro passo para a emancipação*” (FAIRCLOUGH, 1989).

Ainda para Fairclough,

O agente-sujeito é uma posição intermediária, situada entre a determinação estrutural e a agência consciente. Ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, ele trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las conscientemente. É como se a estrutura estivesse em constante risco material em função de práticas cotidianas de agentes conscientes. (MELO, 2009, p.16)

Ou seja, embora o agente tenha participação efetiva no discurso ao qual está inserido e representa, ele também é sujeito uma vez que também sofre inconscientemente com as estruturas sociais, políticas e as práticas cotidianas já estabelecidas.

Para Barros (2012, p.8),

Nesse sentido, discurso é entendido como elemento que molda e é moldado pelas práticas sociais via práticas linguísticas. Sabe-se que um sistema linguístico não é neutro e os discursos ali veiculados podem refletir, de algum modo, posições ideológicas e costumes. Daí, a necessidade de se buscar uma síntese entre estudos de forma e função, visando ao estudo do processo.

É neste sentido que se deve refletir na questão o que vem a ser discurso. Para a ACD, o discurso é uma prática social a qual reproduz, mas também transforma realidades sociais e os sujeitos da linguagem. Neste viés, o agente-sujeito está preparado para transformar e ser transformado por suas próprias práticas discursivas. O sujeito não é passivo às ideologias, uma vez que ora ele molda o espaço social, ora é moldado por ele.

Embora haja um impasse em relação à definição de discurso entre diversos linguistas – para Pêcheux (1990), o discurso é uma ideologia materializada, para Maingueneau (2005, p.15) apenas opera sobre outros discursos e não sobre a realidade, para Fairclough (2001), reproduz, mas também transforma a sociedade – é visível que os linguistas concordam no sentido de que é necessário analisar não somente o funcionamento linguístico, mas tudo o que envolve a língua: manifestação de poder; consciência ideológica; institucionalizações de identidades sociais; ou seja, manifestações nas quais a linguagem é parte fundamental da capacidade de expressão humana.

Dessa forma, a análise da representação do sujeito suspeito de cometer crimes em um dos mais tradicionais portais de notícias do Brasil pretende levar em consideração as diversas formas em que a língua se insere. Sob a luz da ACD é possível perceber o quanto os discursos são significativos uma vez que não são neutros e significam intensamente dentro das estruturas linguísticas e sociais.

Análise Crítica do discurso midiático

Como defendido na reflexão teórica, a Análise Crítica do Discurso leva em consideração todos os eventos significativos que dialogam com o objeto analisado. É passível de composição do material analítico tudo aquilo que busca as significações e escancara a falta de neutralidade do discurso.

Levando em consideração a representação dos sujeitos na mídia, podemos apontar que esta tem um importante papel na consolidação dos papéis sociais que os indivíduos possuem na sociedade. Além disso, é importante pontuarmos o quanto vivemos em uma sociedade que acredita em uma suposta “democracia racial”, na qual muito se acredita não haver racismo, e que todas as relações de poder já foram superadas, mesmo quando todas as estatísticas provam justamente o contrário. Desta forma, o discurso da mídia tradicional busca dialogar com essa

sociedade hipócrita e com um baixo nível intelectual para perceber as mais escondidas nuances do discurso.

É por isso que Fairclough (1989) acredita que o discurso serve como meio de manipulação e a ACD tem a função de analisar a linguagem, em um contexto de interação com todas as outras ciências sociais, uma vez que esta contribui para essa dominação. Entretanto, faz-se necessário, em um trabalho analítico que busca abranger vozes desfavorecidas no discurso, caso das minorias discursivas, como negros, homossexuais, mulheres, pessoas com deficiência, entre outras, investigar a relação intensa entre mídia e o discurso majoritário defendido, já que a consciência é o primeiro passo para a emancipação.

Ao tratar de discursos midiáticos muitas vezes padronizados e induzidos, é preciso compreender, de acordo com Thompson (1995), que a mídia tem papel central na sociedade moderna no que diz respeito às pautas e os assuntos disponibilizados ao público. Embora, o crescimento da internet, considerada a mídia mais independente, o discurso midiático ainda influencia e mantém determinadas formas de dominação social. Dessa forma, o discurso midiático age como forma de difusão de significados que têm o papel de reprodução e até mesmo a produção de relações de poder já estabelecidas na sociedade. Entre essas relações de poder se encontra o racismo.

De acordo com Silva (2005, p.4),

A movimentação social em torno da representação do negro e do branco na mídia foi relativamente intensa. O tema esteve presente nos momentos mais significativos das discussões sobre políticas e práticas anti-racistas e integrou pautas de reivindicações do movimento negro. Um ponto de pauta constante foi a crítica à difusão de idéias racistas e de representações estereotipadas sobre o negro brasileiro. Outro foi a invisibilidade do negro brasileiro nos meios de comunicação. A televisão, a publicidade, as revista e os jornais brasileiros foram acusados de apresentar uma imagem distorcida da população brasileira, limitando ao máximo a presença do negro.

A imagem feita do indivíduo negro na mídia contribui para que os discursos atuais sejam no sentido de consolidar essa imagem já feita. Os estereótipos e a relação de dominação do indivíduo branco como sinal de uma escala mais alta na hierarquia social são intensamente reiterados pelo discurso midiático, ora de maneira escancarada, ora de maneira sutil.

O exemplo que escolhemos para analisarmos é uma forma de representação do racismo construído na mídia de maneira sutil, mas muito significativa e que revela o racismo muitas

vezes velado, aquele que serve para sustentar a já sociedade racista em que vivemos, mas de maneira branda e afirmativa, a fim de manter os papéis sociais assim como uma sociedade majoritária impõe.

Escolhemos para trabalhar com essa relação de poder evidenciada na mídia brasileira duas matérias que foram publicadas pelo site G1, um portal de notícias da Rede Globo, um dos mais acessados do país e referência na busca por notícias na internet. As notícias analisadas são datadas de 17 de março de 2015 e 27 de março de 2015, ou seja, uma diferença de somente dez dias. A primeira matéria traz como título: “Polícia prende traficante com 10 quilos de maconha em Fortaleza”, e a segunda: “Polícia prende jovens de classe média com 300 kg de maconha no Rio”.

Desde já, é possível perceber como se opera a desigualdade de tratamento oferecido ao suspeito da primeira notícia, já o qualificando como “traficante”, e ao tratamento dispensado aos suspeitos da segunda notícia: estes, “jovens de classe média”. A partir desta percepção é possível inferir quem é o indivíduo negro, e quem é o indivíduo branco. Embora a notícia não traga nenhuma referência à cor dos suspeitos, esta informação fica evidente se pensarmos no quanto o racismo pode ser naturalizado, e, assim é, muito por contribuição de discursos midiáticos como esse.

Já no título das matérias em destaque é possível perceber que o veículo imputa ao personagem da primeira notícia um rótulo de criminoso, uma vez que “traficante” já o caracteriza como alguém que cometeu um crime. Na segunda matéria, pelo contrário, há um cuidado para não indicar diretamente que os jovens apreendidos sejam criminosos. Embora eles estejam com a mesma substância ilícita do primeiro acusado, ainda são jovens de classe média, ou seja, não são traficantes.

Chama atenção também, o efeito produzido em relação à quantidade de material ilícito apreendido com os suspeitos, tendo seu efeito minimizado no segundo caso. É absurdamente maior a quantidade apreendida com os “jovens de classe média” em relação ao “traficante”. A polícia apreende com o personagem do primeiro caso a quantidade de “10 quilos de maconha”, enquanto com os personagens do segundo caso “300 kg de maconha”. Ou seja, a quantidade é trinta vezes maior. Entretanto, a forma de tratamento entre os sujeitos não foi alterada, portanto, aquele que possui 10 quilos é traficante, ao passo que aqueles que possuem 300 quilos não são.

Ainda, é necessário considerar a escolha lexical feita pelo veículo para representar a palavra “quilos”, extremamente importante neste enunciado, já que carrega uma carga

importante de significação. É evidente que a quantidade de material ilícito encontrado com os suspeitos deve nortear a significação social sobre estes. Portanto, aquele que portava “10 quilos” deveria ser encarado como menos perigoso do que aquele que portava “300”. No entanto, não é esse o efeito alcançado.

Há de se destacar, dessa forma, o uso da abreviação da palavra “quilos” para minimizar o efeito desta no caso dos “jovens de classe média”. É muito evidente que o uso da abreviação visa confundir, ou até mesmo não ser compreendida pelo público alvo do portal. Sabemos que a quantidade de analfabetos funcionais no Brasil é imensa e utilizar de abreviações que possam minimizar o efeito da notícia, de acordo com o discurso defendido, é uma das formas de concretizar a relação de poder. Sem conhecimento não há emancipação.

27/03/2015 10h21 - Atualizado em 27/03/2015 10h21

Polícia prende jovens de classe média com 300 kg de maconha no Rio

Eles foram presos num estacionamento de um prédio na Tijuca. Delegado tenta identificar outros integrantes da quadrilha

Uma semana antes...

jornalismob.com

17/03/2015 08h58 - Atualizado em 17/03/2015 08h58

Polícia prende traficante com 10 quilos de maconha em Fortaleza

Polícia encontrou R\$ 10 mil em cédulas de R\$ 2 e uma pistola 380. Ele foi autuado em flagrante por tráfico de drogas e porte ilegal de arma.

Uma semana antes...

jornalismob.com

Passando para a análise do corpo da notícia, alguns outros pontos devem ser destacados para que a análise seja completa. O lead da notícia, no qual o produtor do texto revela as características principais do fato anunciado, é possível percebermos uma mudança importante no tratamento dos suspeitos dos dois casos analisado.

No caso do “traficante” é possível encontrarmos o seguinte texto:

“Uma ação da Polícia Militar prendeu na noite desta segunda-feira (16) um **traficante** com dez quilos de maconha no Bairro Conjunto Esperança, em Fortaleza. De acordo com a polícia, **além da** droga foi apreendidos armas, dinheiro e munições dentro da casa do **suspeito de 19 anos.**”

Já no segundo caso, dos “jovens de classe média” é possível ler:

“Policiais da 25ª DP (Engenho Novo) prenderam em flagrante, nesta quinta-feira (26), **os jovens** Pedro Henrique Sequeira e Thyago Barcellos Teixeira. Com **eles** foram apreendidos cerca de 300 quilos de maconha, duas pistolas, quatro carregadores e um carro Hyundai Santa Fé. Segundo informações da assessoria da Polícia Civil, **eles** foram presos no estacionamento de um prédio na Tijuca, na Zona Norte.”

Primeiramente, deve-se destacar o uso do vocábulo escolhido para retomar o personagem apresentado no título da notícia. No primeiro caso, há a reiteração do termo “traficante”, levando à criminalização de imediata do indivíduo. No segundo caso, “os jovens de classe média” se transformam em “jovens”, tendo assim mantida sua forma de tratamento ou de significar os indivíduos envolvidos.

Além disso, é importante repararmos que, no primeiro caso, o uso do operador argumentativo “além de” ao dizer que o suspeito possuía mais materiais ilícitos, não somente a maconha, intensifica este fato, imputando uma ideia de que o crime não era apenas o de tráfico. Já, no segundo caso, vemos que não há o uso de operadores argumentativos para intensificar o fato de que os jovens apreendidos também carregavam outros objetos ilegais. Nesse sentido, observa-se a cristalização da relação de poder e da capacidade midiática em “absolver”, ou tentar ser o mais isenta possível, e “condenar” um suspeito, dependendo das condições sociais ao qual esse indivíduo está inserido.

Outra importante diferença é que em nenhum momento sequer é mencionado que os dois “jovens de classe média” são suspeitos, mas o “traficante de 19 anos” sim. A retomada feita para o segundo caso é simples, por meio de pronome pessoal neutro, cuidado dispensado para o primeiro caso.

No segundo parágrafo da notícia é possível perceber mais duas diferenças importantes para esse processo analítico. No primeiro caso:

“Polícia disse que o **homem** foi detido em flagrante por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. O **suspeito** que não possuía antecedentes criminais (sic). Ao realizar patrulhamento na região, os policiais desconfiaram da **atitude suspeita** dele e o abordaram em frente à casa, localizada na Rua 02 no Conjunto Esperança.”

Ao passo que no segundo:

“De acordo com informações do delegado titular da 25ª DP Niandro Ferreira, **os rapazes** são apontados como integrantes de uma **quadrilha de jovens de classe média**, que **atua no tráfico de drogas** do Engenho Novo e Méier, no Subúrbio, e Tijuca, na Zona Norte.”

No primeiro caso, causa espanto que o suspeito seja tratado como “homem”, ainda que o parágrafo anterior traga a informação de que ele tinha apenas 19 anos. Ora, uma pessoa de 19 anos não pode ser considerada um homem, palavra que traz uma carga significativa muito maior, se no segundo caso a retomada continua sendo amenizada por termos como “os rapazes”. Nada mais é que a evidenciação do discurso racista midiático.

Além disso, como uma das causas para a polícia investigar o primeiro suspeito, a notícia traz a informação de que a polícia desconfiou de uma suposta “atitude suspeita dele”. Afinal, o que seria “atitude suspeita”? Nosso cabedal social, as estruturas ideológicas cristalizadas, as posições hierárquicas sociais revelam que “atitude suspeita” pode ser diversas coisas, mas se evidencia principalmente se o ator for negro, periférico, pobre.

Outra forma de atenuação do sentido da segunda notícia é o fato de indicarem que os suspeitos “jovens de classe média” são, na verdade, integrantes de uma quadrilha que atua no tráfico de drogas, ou seja, a quadrilha somente atua, dando a ideia de que ela faz parte de um movimento maior. Essa forma de diminuir a responsabilidade dos personagens da segunda notícia no crime que os levou para a prisão indica o quanto a mídia tradicional tem o desejo de absolver suspeitos desde que estes sejam brancos, classe média e não suburbanos.

Esta relação entra em consonância com a visão que se faz do público alvo destas publicações. Silva (2005, p.15) acredita que:

O branco foi tratado, nos diversos meios discursivos, como representante natural da espécie. As características do branco foram a norma de humanidade. A naturalização e universalização da condição do branco se relacionam ao público a que as mensagens, via de regra, se dirigiram. Em diversos meios midiáticos o público foi discursivamente constituído como supostamente branco.

É, por isso, que as preocupações de isenção do discurso são dispensadas quando envolve suspeitos brancos e negros. No entanto, faz parte da concepção da Análise Crítica do Discurso compreender que pode haver uma ruptura deste quadro de dominação discursiva a partir do momento em que os agentes-sujeitos passarem a lutar contra esses padrões pré-estabelecidos.

Considerações finais

É necessário pontuar, porém, que, apesar de todo o exposto no material analisado, há hodiernamente um processo de maior destaque voltado a representação do sujeito negro na mídia. Há uma tentativa sutil de quebra com esses discursos já consolidados que fazem parte da significação de mundo dos indivíduos.

Muitas vezes inconscientemente, o agente-sujeito acaba por reproduzir discursos que já estão engendrados na sociedade, mas isso não retira a capacidade de ação deste indivíduo sobre este processo de assujeitamento. O sujeito para a ACD não é assujeitado, muito pelo contrário, ele tem força capaz de quebrar com os discursos anteriores e inserir uma nova perspectiva.

Dessa forma, ao analisarmos a notícia disponibilizada neste artigo, podemos perceber que a força discursiva secular, como é o caso do racismo no Brasil, bem como a ideia de que vivemos em uma democracia racial, não é fácil de ser quebrada e, ainda que não possamos inferir sobre a passividade ou não do autor do texto, pode-se dizer que muitas vezes é extremamente inconsciente.

Entretanto, é importante destacar que uma reprodução discursiva de conceitos anteriores, retrógrados e que tentam pautar as relações de poder entre indivíduos não exime o agente-sujeito da responsabilidade sobre o que diz. O discurso não é neutro, bem como os processos que o levaram a sua escolha, a ideologia, os posicionamentos sociais, políticos e econômicos, entre outros. Essa não neutralidade do discurso denuncia os posicionamentos de pessoas, grupos, instituições e, principalmente, da mídia.

Sendo assim, Silva (2005, p.15) defende que o discurso midiático parece não compreender que o cidadão negro não pode ser visto com tanta desigualdade do ponto de vista discursivo por sua.

As manifestações do movimento negro, as pesquisas sobre desigualdades estruturais, as críticas ao mito da democracia racial, o funcionamento de órgãos de combate à discriminação ligados às diversas esferas de governo, parecem ter repercutido de forma branda e selecionada no discurso midiático.

Portanto, destaca-se a importância da Análise Crítica do Discurso com o intuito de destacar esse processo de relação de poder entre as pessoas e o quanto o discurso contribui para a perpetuação dessa relação. Discurso não compreendido como texto, assim como os estruturalistas acreditavam, nem tão pouco num viés somente ideológico como defendeu a Análise do Discurso. A ACD defende um discurso que integra todas as áreas científicas que envolvem o ser humano, buscando sua confluência com todos os estudos antropológicos. Ainda, a ACD não acredita em uma passividade dos sujeitos, apenas reproduzindo os discursos ao qual estão ao redor. Para a ACD, o produtor de discursos é agente e sujeito ao mesmo tempo, pois não é sempre passivo aos efeitos discursivos reproduzidos na sociedade.

Por fim, gostaríamos de enfatizar uma das mais importantes citações que fizemos neste artigo cuja profundidade traduz a importância de uma análise discursiva de forma crítica e responsável: *a consciência é o primeiro passo para a emancipação* (Fairclough, 1989). Somente sujeitos conscientes de seus papéis discursivos podem lutar contra a imposição complexa das relações de poder na qual estamos envolvidos enquanto seres humanos.

Referências

BARROS, Dulce Elena Coelho. *Argumentação e linguagem: da retórica à concepção de discurso como prática social*. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 8 - n. 2 - p. 95-111 - jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/2917/1984>. Acesso em 19/10/2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

CHAUÍ, M. S. *O que é ideologia*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Longman, 1989

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. (Leituras Filosóficas).

MAGALHÃES, Célia Maria (org). 2001. *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MARTINS, Izabella dos Santos. *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. DELTA, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 313-321, Dec. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01024450200500020001=en&rm=iso>. Acesso em 19/10/2015.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. 2009. In: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Ano 05 n.11 - 2º Semestre de 2009. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/adeacd.pdf>>. Acesso em: 19/10/2016.

ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. “Análise Automática do Discurso (AAD- 69)”. Trad. Eni P. de Orlandi. Em F. Gadet & T. Hak (orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 (1ª ed. 1969), p. 61-162.

SILVA, P. V. B. *Racismo discursivo na mídia brasileira*. UFPR. 2005. Disponível em <http://www.neab.ufpr.br/Publicacoes/Racismo_discursivo_na_midia_brasileira.pdf>. Acesso em 20/10/2015.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.